



UM ESTUDO SOBRE A PERMANÊNCIA DE JOVENS E ADULTOS NO PROEJA

Helen Wanderley do Prado¹

RESUMO: Este estudo buscou analisar possíveis fatores que influenciam a permanência de estudantes no PROEJA no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, especificamente no *Campus* Duque de Caxias. Para isso, nos valem de aplicação de questionários a discentes e docentes, levantamento bibliográfico e observações de campo. Destacamos que práticas pedagógicas, metodologia, acolhimento e uma visão alijada em relação aos alunos da EJA, entre outros, são elementos que impactam a permanência dos jovens e adultos no Programa.

Palavras-chave: EJA; Direito à educação; Qualidade.

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos chega nesta última década com significativos avanços e conquistas, entre eles a sua incorporação como uma modalidade da Educação Básica e o seu reconhecimento enquanto um direito de todos em qualquer tempo da vida. Contudo, a ampliação do acesso à educação, materializada pela multiplicação de programas e de iniciativas dirigidas ao público da EJA, vem permitindo uma maior visibilidade a tal modalidade sem, necessariamente, que se tenha a qualidade como premissa ou ela esteja diretamente relacionada à garantia da permanência.

Para se pensar em permanência na EJA é preciso resgatar a relação construída, ao longo do tempo, entre a escola e as camadas populares desfavorecidas:

Historicamente, negou-se aos pobres o direito à educação impedindo seu acesso à escola. Hoje, esse direito é negado quando não lhes é oferecida outra alternativa a não ser a de permanecer em um sistema educacional que não garante nem cria condições para o acesso efetivo a uma educação de qualidade, quando se limitam as condições efetivas de exercício desse direito pela manutenção das condições de exclusão e desigualdade que se

¹ Técnica em Assuntos Educacionais, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro – IFRJ, Rio de Janeiro - RJ, helen.prado@ifrj.edu.br.

transferiram para o interior do próprio sistema escolar. Estas condições bloqueiam, travam e limitam a eficácia democrática do processo de expansão educacional, conduzindo os pobres para o interior de uma instituição que, em um passado próximo, dispunha de um conjunto de barreiras que limitavam suas oportunidades de acesso e permanência. (GENTILI, 2009, p. 1062).

Embora hoje tenha se ampliado o número de políticas e programas que viabilizam o acesso de jovens e adultos à educação básica, entre eles o PROEJA, essas medidas não representam efetivamente o direito à educação quando não conseguem garantir a permanência e o êxito desses sujeitos no processo educacional.

Quando as políticas públicas se voltam para o que tem sido chamado de universalização do atendimento e a escola básica deixa de ser elitizada, passando a atender, preferencialmente, as classes populares, não é o acesso suficiente para dar conta do saber ler e escrever. Os fundamentos das práticas pedagógicas permanecem reproduzindo modelos culturais de classes sociais diversas das dos alunos, produzindo o fracasso escolar e a chamada “evasão”. Desta forma, ainda hoje, mesmo os que chegam ao final saem sem dominar a leitura e a escrita. (BRASIL, 2009, p. 18).

O PROEJA assume, hoje, um papel estratégico na garantia do direito à educação, num contexto em que “os altos índices de repetência e saída extemporânea da escola são expressões das condições desiguais de acesso, permanência e aprendizagem” (MOLL, 2010, p. 137) e no qual muitos jovens e adultos ainda se encontram excluídos do sistema educacional. Entretanto, garantir a permanência destes sujeitos em instituições que, tradicionalmente, são consagradas por sua qualidade e “excelência”, como é o caso dos Institutos Federais, ainda representa um grande desafio.

Este estudo caminha na perspectiva de analisar quais elementos contribuem ou não para permanência dos sujeitos jovens e adultos no PROEJA – *campus* Duque de Caxias. Apresenta, ainda, os seguintes objetivos específicos:

- verificar os motivos da permanência de jovens e adultos no PROEJA (o que);
- identificar possíveis fatores que dificultam/desmotivam a permanência no Programa;
- identificar “suportes” que auxiliam a permanência dos estudantes no Programa (como).

METODOLOGIA

Para levantar o máximo de dados qualificados, utilizamos, como passos metodológicos, o levantamento bibliográfico, observações de campo e a técnica de coleta de

[Digite texto]

dados a partir de questionários (com questões abertas e fechadas) dirigidos aos docentes e discentes do Programa, tendo em vista compreender de forma mais ampla as diferentes percepções sobre o objeto de estudo em questão.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Hoje existem muitas pesquisas que buscam desvendar as causas da evasão no PROEJA. Contudo, poucos estudos fazem referência à questão da permanência no sentido de tentar compreender “por que permanecem os alunos que permanecem”. Tal questão pode estar, de certa forma, associada ao fato de que, historicamente, se construiu uma visão na qual os alunos da EJA são diretamente relacionados ao fracasso escolar e à evasão. A partir desta “lógica” e considerando essas representações carregadas pelos sujeitos da EJA, seria uma contradição pensar a permanência de alunos que estariam fadados à evasão.

Desconstruindo tal paradoxo, este estudo constatou que os processos de permanência dos sujeitos no PROEJA estão fortemente relacionados ao desejo/à determinação de muitos alunos de “nunca desistirem do curso”, invertendo, assim, a “lógica estigmatizante” segundo a qual os alunos da EJA estão sempre fadados à evasão. Nesse sentido, é importante destacar que: “Analisar a EJA buscando perspectivas que rejeitem a naturalização do fenômeno da evasão nessa modalidade de educação possibilita a compreensão de processos fundamentais para a verdadeira democratização do direito à educação” (MILETO, 2009, p. 197).

Outros aspectos também se destacaram como fundamentais para a permanência desses sujeitos, entre eles: a vontade de aprender/adquirir novos conhecimentos; o convívio social, a autoestima e o sentimento de valorização por estarem numa escola técnica federal. Pode-se dizer, ainda, que a formação integrada oferecida no PROEJA tem um significado fundamental na vida de muitos sujeitos que aspiram à conclusão da educação básica e que também necessitam da formação profissional.

Foi possível perceber que a existência de elementos comuns em suas trajetórias escolares e de vida, como, por exemplo, o fato da maioria dos alunos ter estudado em escola pública, de estarem muito tempo afastados da escola, de terem vivenciado inúmeras exclusões, de buscarem melhores condições de vida e mobilidade social, entre outros, favorece o sentimento de pertencimento a um mesmo grupo social, o que se reflete positivamente na permanência.

Para os docentes, o principal fator que desmotiva os alunos a permanecerem no Programa é o fato de serem alunos trabalhadores, visto que não conseguem conciliar escola e trabalho, e optam pelo trabalho, evadindo da escola. Tal aspecto caminha no sentido inverso do previsto no artigo 4º da LDB /96, que se refere ao dever do Estado em garantir “[...] a oferta de educação regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola”.

Contudo, é importante reconhecer que considerar o trabalho como aspecto determinante da evasão de jovens e adultos trata-se de “[...] um ponto de vista equivocado porque limitado, reducionista e perverso na medida em que lança um véu opaco sobre as origens dos motivos da evasão na EJA” (CARMO, 2010, p. 221). Nesse contexto, um outro aspecto observado é que, muitas vezes, os elevados índices de evasão são explicados apenas por características e capitais sociais e escolares desses sujeitos, não atentando para a forma como as instituições têm acolhido esses jovens e adultos.

Além da questão do trabalho, também é destacado que os alunos não permanecem no PROEJA pois não conseguem acompanhar o curso. Percebemos a existência de um “mal-estar” por parte de muitos docentes com esse tipo de programa, que está intimamente relacionado com o perfil do seu alunado. Na percepção dos docentes, muitos dos fatores ligados à não permanência “culpabilizam” o próprio aluno pelo fracasso, desconsiderando, muitas vezes, o peso das desigualdades sociais neste processo, e que, na realidade:

Valorizar esse retorno é fundamental para torná-lo visível, já que representa a chance que, mais uma vez, esse jovem está dando ao sistema educacional brasileiro de considerar sua existência social, cumprindo o direito constitucional de todos os cidadãos brasileiros terem a escolaridade básica. (ANDRADE, 2009, p. 41).

Observa-se, muitas vezes, na contramão da proposta de inclusão, a existência de práticas descontextualizadas e pouco inclusivas que, ao invés de serem pensadas com base nos sujeitos concretos da EJA, ainda têm como referência um tipo de aluno idealizado. Desta forma, a escola, que para esses sujeitos é sinônimo de um duro direito conquistado, ao reproduzir práticas excludentes, reafirma para esses jovens e adultos que eles não são dignos do acesso ao conhecimento sistematizado (PRADO, 2014).

A falta de formação específica em EJA por parte dos docentes relacionada à preocupação em não baixar a qualidade da instituição se refletem, muitas vezes, em práticas

pedagógicas e metodologias dissociadas da realidade dos sujeitos da EJA e, conseqüentemente, geram resultados escolares que não dialogam e nem representam efetivamente a real dimensão dos conhecimentos e experiências trazidos por esses jovens e adultos. “O que se constata é que tanto o acesso à educação no Brasil, quanto o tipo de educação acessado, depende fundamentalmente da origem socioeconômica de cada indivíduo” (BRASIL, 2009, p. 25).

Privilegia-se “não baixar a qualidade”, quando a real preocupação deveria ser: como construir uma educação de qualidade com esses sujeitos e não para esses sujeitos?² Desta forma, é preciso analisar se o objetivo de “não baixar a qualidade” corrobora com a perspectiva de uma escola seletiva, indo na contramão da proposta de democratização da educação. “Há uma tensão permanente, marcada por interesses diversos, de modo que o discurso da busca de qualidade pode estar ocultando uma prática cujo objetivo é aprofundar as distâncias sociais, econômicas e culturais entre os indivíduos” (ESTEBAN, 2013, p. 28).

A questão da formação docente no PROEJA ainda representa um grande desafio que perpassa a construção de estratégias que, de fato, viabilizem tanto uma formação inicial como a formação continuada desses profissionais, tendo em vista que o trabalho docente deve responder às reais necessidades desses jovens e adultos, no sentido de assegurar sua permanência na escola e oferecer-lhes uma formação: “[...] que permita compreender o mundo, compreender-se no mundo e nele atuar na busca de melhorias das próprias condições de vida e de construção de uma sociedade socialmente justa (BRASIL, 2009, p. 13)”.

Foi possível identificar, por um lado, a existência de inúmeros desafios e tensões enfrentados na prática docente, entre eles: a dificuldade de adaptação da metodologia devido à heterogeneidade do público, às dificuldades de aprendizagem por parte dos alunos, ao incômodo dos docentes por não atingirem o “nível” que gostariam e à frustração diante da falta de formação específica em EJA, o que faz com que a prática ocorra dissociada da teoria, gerando impactos prejudiciais à qualidade dos processos educativos. Por outro lado, identificamos que um conjunto de fatores contribui para a permanência dos docentes no PROEJA, entre eles: o desafio que o Programa representa, a experiência que ele proporciona, a importância do seu papel social e a interação com o público da EJA.

² Reflexão apresentada no I CONPEJA por Jane Paiva na mesa Diagnóstico da Qualidade.

No que se refere a condições materiais de permanência, pode-se dizer que o Programa de Assistência Estudantil³, auxílio financeiro institucional destinado a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que contempla auxílio transporte, alimentação, didático e moradia, tem contribuído muito para viabilizar melhores condições de permanência e êxito escolar dos estudantes do PROEJA. Pode-se dizer que um outro aspecto relevante na questão da permanência é a participação dos estudantes em outros programas remunerados com bolsas que apoiam a formação acadêmica, como monitoria e iniciação científica. Para os alunos do PROEJA, a participação nesses projetos tem uma representatividade que vai muito além do aspecto financeiro; trata-se do reconhecimento social enquanto sujeitos de conhecimentos.

Nesse sentido, é preciso pensar, também, em condições de permanência simbólica⁴, ou seja, que possibilitem aos estudantes o real sentimento de pertencimento ao espaço/instituição no qual estão inseridos. Isso só será possível quando de fato perceberem uma escola preparada para os receberem, o que perpassa acolhimento, sociabilidade e valorização de suas experiências e histórias de vida.

Algumas estratégias podem ser consideradas importantes elementos de integração dos educandos do PROEJA com a instituição, entre elas: relação de aproximação com os alunos ingressantes; aulas de reforço; encaminhamentos de alunos para as áreas de saúde/ psicologia; intervenções com os docentes; contato com alunos evadidos com o objetivo de entender o abandono e incentivar o retorno; incentivo à participação dos alunos em eventos científicos, entre outras. Embora as trajetórias dos sujeitos da EJA sejam marcadas por idas e vindas no sistema educacional é necessário perceber o que está ao alcance da escola, tendo em vista viabilizar uma permanência que tenha como consequência o sucesso escolar e não o fracasso escolar já bastante presente em suas trajetórias.

CONCLUSÃO

³ O Programa de Assistência Estudantil foi instituído pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como visando à democratização das condições de acesso e permanência dos discentes do IFRJ. Conforme o Regulamento da Assistência Estudantil do IFRJ, aprovado pela Resolução nº 11 de 8 de junho de 2011, os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica poderão solicitar os seguintes auxílios-permanência: transporte, moradia, alimentação e didático. Os dados mostram que, no *Campus* Duque de Caxias, a grande maioria dos alunos do PROEJA que são contemplados pelo Programa de Assistência Estudantil permanecem na Instituição.

⁴ Termo utilizado por Dyane Brito Reis em sua tese de doutorado, que teve como título: Para além das cotas: a permanência de estudantes negros no ensino superior como política de ação afirmativa (2009).

[Digite texto]

Num momento em que se pensa a expansão do acesso ao ensino e a democratização da educação, permitindo a entrada das camadas mais empobrecidas da população, é preciso estabelecer um compromisso ainda maior com a garantia de permanência desses sujeitos nos sistemas escolares e, principalmente, com a qualidade dos processos educativos a eles destinados.

Consideramos que o PROEJA tem contribuído para a inclusão educacional, visto que possibilita a inserção de jovens e adultos excluídos do sistema educacional em espaços reservados, historicamente, às elites de nossa sociedade. Porém, constatamos que há problemas na noção de qualidade e de excelência que penetram nas concepções curriculares, no ensino, na seleção de conteúdos, no trato institucional, e que tem impacto direto na possibilidade ou não de permanência dos jovens e adultos da EJA no Programa (PRADO, 2014).

Pode-se dizer que, através do PROEJA, jovens e adultos das camadas populares, que antes dificilmente se inseririam nesses espaços, estão chegando à rede federal de ensino, resignificando-a e, ao mesmo tempo, ampliando a função social dessas escolas, tidas como de “excelência”, provocando, inclusive, a seguinte reflexão: o que seria qualidade nesse sistema? Nesse sentido, para além de garantir ações de auxílio à permanência, bem como o direito ao acesso a essas escolas, é necessária a aceitação desses jovens e adultos como sujeitos de direitos. Isto implica compreender o direito à educação de forma mais ampla:

[...] não apenas como o do acesso das camadas populares à escola, mas também como propiciador de sua permanência em uma escola que proporcione um processo educativo marcado por sua inclusão efetiva; enfim, o direito à uma educação de qualidade, por parte daqueles excluídos até aqui dos bens da vida e dos bens do saber [...]. (GIOVANNETE, 2011, p. 246).

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. R. Os jovens da EJA e a EJA dos jovens. In: PAIVA, Jane e OLIVEIRA, Inês Barbosa de. **Educação de Jovens e Adultos**. Petrópolis, Rio de Janeiro: DP et Alii, 2009. p. 35-43.

BRASIL. MEC. Lei Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf>. Acesso em 10 de junho de 5.

[Digite texto]

_____. PROEJA – Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Educação Profissional Técnica de Nível Médio / Ensino Médio. Documento Base. Brasília: MEC, novembro 2009.

CARMO, G. T. do. **O enigma da Educação de Jovens e Adultos: um estudo das evasões e retornos à escola sob a perspectiva da teoria do reconhecimento social.** 2010. 339 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, 2010.

ESTEBAN, M. T. **O que sabe quem erra?** Petrópolis, Rio de Janeiro: De Petrus et Alii, 2013.

GENTILI, P. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. **Educação e Sociedade.** Campinas, vol. 30, n. 109, 2009, p. 1059-1079. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

GIOVANETTI, M. A. G. de C. A formação de educadores de EJA: o legado da educação popular. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTE, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino. **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 243-254.

MOLL, J. **PROEJA e democratização da educação básica.** Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MILETO, L. F. M. **No mesmo barco, dando força, um ajuda o outro a não desistir – Estratégias e trajetórias de permanência na Educação de Jovens e Adultos.** 2009. 215 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

PRADO, H. W. **Desafios e tensões no processo de inclusão de jovens e adultos no PROEJA do IFRJ – Campus Duque de Caxias.** 2014. 172 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.